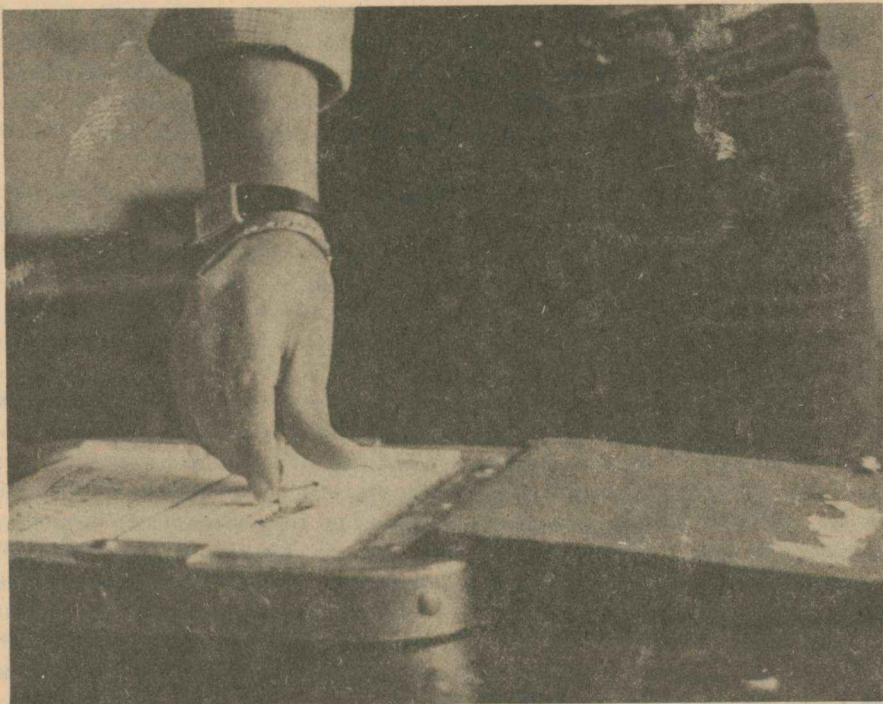


ELEIÇÕES DIRETAS



O voto na urna depende de sua participação. A comunidade universitária conquistou o direito de escolha de lista sêxtupla que indicará o novo reitor. Participe dos debates. págs. 6 e 7

Reviravolta na Biologia

Na Biologia, depois de iniciado o debate para escolha do novo diretor, o prof. Walter Hadler decidiu que continuará à frente do Instituto até abril. pág. 8

SBPC elege PAVAN

pág. 5

CONCLAT

pág. 4

REAJUSTE SEMESTRAL

pág. 3

PODER E BUROCRACIA NA UNIVERSIDADE

Democratizar a Universidade representa, na hora atual, uma meta política concreta para todos aqueles que, trabalhando nela, lutam pela democratização das instituições brasileiras. A experiência do regime autoritário, que tantas marcas deixou nas estruturas e na vida da Universidade brasileira, só serviu para reforçar na Comunidade Universitária, como no povo em geral, sua opção pela democracia. Opção cada vez mais explícita na medida em que se abrem os canais à livre expressão. A vontade popular tornou o processo democrático incipiente um movimento irreversível, que só um novo e temerário golpe de força poderia conter. Mas se a vontade política é a força propulsora desse movimento, a eficácia da ação política que dela decorre depende das possibilidades reais de neutralizar as forças opostas ao processo democrático que, embora minoritárias, ocupam os centros políticos e burocráticos de decisão.

A democratização da Universidade, a qual passa pela democratização das instituições do país, significa a devolução à Comunidade Universitária do pleno poder de decisão em tudo o que diz respeito à organização, direção e funcionamento da Universidade, segundo o princípio da autonomia universitária. Isso se traduz, concretamente, no poder de definir e de realizar seu próprio projeto de Universidade (mantendo o controle dos institutos legais que deverão reger esse projeto), no poder de gestão financeira, e no poder de escolher livremente todos os seus dirigentes, executivos e técnico-administrativos, em função dos interesses da Universidade e da coletividade.

Os recentes episódios vividos na Unicamp, a greve dos funcionários e as últimas decisões do C.D., são reveladoras da força e da fraqueza da instituição universitária. Por um lado, eles serviram para reforçar a convicção da importância da organização política da Comunidade Universitária, tanto ao nível das categorias que a compõem (funcionários, professores e alunos) como ao nível da sua instância superior (o Conselho Direto), como força de mudança democrática. Por outro lado, serviram para mostrar, mais uma vez, os pontos de estrangulamento da vontade política dessa Comunidade: a natureza contraditória e antidemocrática das atuais estruturas de poder da Universidade.

A vontade política dos funcionários esbarrou diante do poder burocrático da Administração Geral (uma espécie de poder paralelo), capaz de obstruir qualquer processo de natureza administrativa. Nem mesmo a palavra do Reitor - como os fatos o vêm demonstrando - é uma garantia de funcionamento correto desses processos. Por outro lado, a vontade política de uma maioria significativa do C.D., comprometida (em graus variáveis) com a Comunidade Universitária, não constitui ainda uma garantia de mudança política nos rumos da Universidade pois o cargo de uma boa parte dos que compõem essa maioria (os Diretores de Unidade) é da confiança do Reitor, mesmo quando saídos de listas constituídas em assembleias de Unidade.

Dizer que o poder deve ser devolvido à Comunidade Universitária não significa, porém, nem que esta não tenha nenhum, nem que o que não tem deva ser-lhe outorgado. Como a democracia, o poder conquista-se, não se ganha. Uma das características das atuais estruturas de poder é a capacidade que este tem de diluir-se através das várias instâncias burocrático-administrativas. Ele parece estar em todas as partes e não está em lugar nenhum. Essa diluição do poder leva à diluição das responsabilidades e permite o exercício do autoritarismo na "doce ilusão democrática". Faz parte da luta democrática desmascarar essa "ilusão" e drenar o poder diluído em direção do seu lugar legítimo que é a Comunidade.

EXPEDIENTE:

Diretor Responsável: Paulo Renato Costa Souza. Editor: Graça Caldas. MT. 12918 (RJ)

Conselho Editorial: Ana Maria Canesqui; Angel Pino Sirgado; Edmundo Fernandes Dias; Eliezer Rizzo de Oliveira; José Benedito Schneider; José Tomaz Vieira Pereira e Paulo Renato Costa Souza.

Composição e Impressão: Departamento de Imprensa Oficial Diário do Município. Av. Anchieta, 200. Campinas, SP.

CONTAMOS COM A SUA COLABORAÇÃO

O jornal da Adunicamp, agora em seu segundo número vem preencher um espaço aberto entre as diversas unidades da universidade para intercâmbio de informações. Além disso, pretende mobilizar a comunidade na conquista de reivindicações pela democratização ampla e melhoria de condições de ensino e pesquisa. Entretanto, para alcançar seu objetivo, é necessário a participação de todos, através de artigos, notas diversas sobre os Institutos e Faculda-

des, assim como ilustrações em geral (fotos ou charges).

O Jornal da Adunicamp conta com a sua colaboração. Envie seu material à sede da Adunicamp, no barracão ao lado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, tel: 39.1448, ou entregue ao representante da Associação de Docentes na sua unidade. A diversificação da informação e de opinião é que fará do jornal um canal efetivo de comunicação na UNICAMP.

O REAJUSTE SEMESTRAL

como bandeira de luta

Paulo Renato Souza

Tendo o ano de 1981 avançado já seis meses, está claro para todos os docentes das universidades autárquicas, federais ou estaduais, que os reajustes alcançados no começo do ano vão perdendo, rapidamente, seu impacto. A inflação encarrega-se de recolocar os professores na dramática situação de fins do ano passado, tornando evidente a imperiosa necessidade do reajuste semestral.

Como é de conhecimento geral, a política salarial do governo foi modificada em 1979, ocasião em que os reajustes semestrais foram instituídos para todos os trabalhadores do setor privado, ficando expressamente excluídos os servidores públicos, estabelecendo-se, portanto, desde logo, uma deplorável discriminação. De fato, pode-se demonstrar que o reajuste semestral é benéfico para os trabalhadores, em relação ao reajuste anual, pois significa a obtenção de um rendimento médio "em termos reais" (descontada a inflação) mais elevado, para um mesmo nível de inflação.

A mesma lei que instituiu os reajustes semestrais, estabeleceu alguns critérios de discriminação contra os salários médios e altos, estabelecendo que os mesmos teriam reajustes automáticos menores que o custo de vida, ficando a diferença para ser negociada. Uma alteração à lei em 1980, tornou ainda mais desfavorável a situação para os assalariados de estratos médios e altos, ao diminuir os índices de correção automática, eliminando desta última os rendimentos que superem os 20 salários mínimos. Com isso, temos dois mecanismos da atual legislação salarial que - em princípio - teriam efeitos contraditórios, se aplicados aos docentes universitários, pois nossa categoria é, obviamente, constituída por assalariados de estratos médios e médios-altos. Por um lado, o reajuste

semestral, em si, seria altamente benéfico, mas por outro, poderíamos vir a ser prejudicados pela aplicação automática de índices de correção bastante inferiores à evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Na verdade, essa contradição é - ao menos em termos legais - menos grave do que aparenta ser, pois nas categorias trabalhistas do setor privado a obrigatoriedade da correção inferior à inflação refere-se apenas ao reajuste automático. Este, por sua vez, é o único a ser aplicado quando se trata do reajuste semestral propriamente dito; na época do reajuste anual, contudo, ou seja na época em que as diferentes categorias trabalhistas, na falta de acordo salarial, vão ao dissídio coletivo, prevê-se não só a negociação de um aumento salarial ("de acordo com a produtividade") acima dos reajustes automáticos, como também deixa-se aberta a possibilidade de serem negociados índices mais elevados para os níveis médios e altos.

A luta pelo reajuste semestral não é apenas uma bandeira para os docentes das universidades públicas no país. No caso dos professores das escolas particulares, que já estão recebendo o semestral, alguns detalhes da legislação salarial, os prejudica, tomando ainda mais negativo o efeito da correção automática abaixo do INPC para os rendimentos de nível médio e alto.

Trata-se, em sua imensa maioria, de professores horistas, que, como o nome o indica, recebem por hora-aula, tendo o valor de seus salários expresso também nessa unidade. A lei permite que, para efeito de enquadramento nas categorias de salário mínimo para o cálculo do reajuste, seu salário-hora seja multiplicado por 240 horas mensais. Com isso, apesar de ganharem de fato uma miséria - pois o número de horas aulas semanais é, em

geral limitado - são classificados artificialmente nas categorias de salários mais altos, recebendo reajustes muito inferiores à inflação.

Podemos, portanto, concluir que, dependendo do grau de mobilização e da capacidade de luta de determinada categoria trabalhista, nada impede que a mesma obtenha reajustes semestrais automáticos, junto com correções salariais anuais que, pelo menos, atenuem os efeitos negativos das correções abaixo da inflação para os assalariados de nível médio e alto. Por esta razão, a bandeira de luta pelo reajuste semestral para os docentes autárquicos é correta, se adequadamente definida e encaminhada. É preciso estabelecer uma data base anual para as revisões salariais; é preciso ganhar a luta pela extensão dos reajustes semestrais aos docentes autárquicos, e, finalmente, é preciso manter a categoria mobilizada para, em cada ocasião da correção salarial anual (em cada "data base") conseguir dos governos (federal ou estaduais) a concessão de reajustes que compensem as distorções decorrentes da simples aplicação dos índices semestrais nos termos da lei.

Logicamente, outro caminho possível é o da luta pela modificação da lei salarial, mantendo os reajustes semestrais, mas eliminando ou atenuando sensivelmente a atual discriminação contra os salários médios e altos. Este caminho tem a vantagem de permitir que se façam alianças e campanhas conjuntas com várias categorias profissionais (engenheiros, economistas, médicos, etc) que sentem claramente os mesmos problemas, por serem também assalariados de nível médio e alto. A desvantagem, neste caso, fica por conta da dificuldade política de conseguir melhorias na atual lei salarial, com um Congresso francamente governista e frente às notórias pressões no sentido de modificar a lei para piorá-la, mas nunca para outorgar benefícios aos trabalhadores.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS TRABALHADORES

Renato Atílio Jorge

I - HISTÓRICO

Nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981 será realizada a 1a. Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. A 1a. CONCLAT foi proposta em 1979, um ano em que há um ascenso das reivindicações de vários setores da sociedade brasileira, culminando em muitos casos em greves localizadas ou estaduais, como a greve dos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e São Caetano, Metalúrgicos de São Paulo, e greve estadual dos funcionários Públicos de São Paulo, a greve estadual dos Professores Secundários de Minas Gerais, a greve dos Trabalhadores na Construção Civil em Minas Gerais, etc.

Tanto a proposta do I Congresso dos Docentes Universitários (I CNDU), que resultou na formação de uma entidade nacional, a ANDES, como a proposta da ENCLAT, surgiram do ascenso das lutas reivindicatórias. No caso dos docentes ocorreu uma greve nacional, o que facilitou a discussão da proposta do Congresso e além disto a discussão da necessidade de uma organização a nível nacional. Portanto, a necessidade da organização, que é uma questão claramente política, pode ser discutida amplamente a nível nacional nas Universidades paralisadas. No caso dos trabalhadores em geral, ocorreram paralisações localizadas, daí a dificuldade objetiva de se discutir uma questão organizativa como a CONCLAT.

Além do fato de que nas Universidades existe uma maior liberdade de discussão e organização do que em outros setores da sociedade brasileira, devemos também levar em consideração a reformulação partidária, que evidentemente tomou grande parte do tempo das lideranças trabalhadoras nacionais para esta ques-

tão, contribuindo desta forma para o atraso da ampla discussão entre os trabalhadores da CONCLAT e da necessidade de uma Central Única de Trabalhadores.

Inicialmente, a realização da CONCLAT tinha sido marcada para o ano de 1980. Nos vários debates preliminares que se seguiram, verificou-se que a proposta não tinha sido amplamente discutida entre os trabalhadores, adiando-se então a sua realização para 1981.

No dia 21/3/81 foi realizada uma reunião, com a participação de aproximadamente 300 sindicalistas, representando 192 entidades urbanas e rurais. Nesta reunião foi definida a data da CONCLAT, foi discutido o anteprojeto de regimento interno e eleita a Executiva Nacional, encarregada da organização da CONCLAT, que é formada por 29 sindicatos de todo o país.

II - TEMÁRIO

O temário da CONCLAT é dividido em 6 itens, Direito do Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Econômica, Política Agrária, Problemas Nacionais.

1. - DIREITO DO TRABALHO

A reforma da CLT; Estabilidade no emprego e FGTS; Direito de greve; Contrato coletivo de trabalho; Salário mínimo real e unificado; Justiça do trabalho; Fiscalização do trabalho; Insalubridade e periculosidade; Direito de sindicalização dos funcionários públicos; Direitos e reivindicações da mulher: salário igual para trabalho igual, profissionalização e creche.

2. SINDICALISMO

Unidade Sindical; Liberdade e autonomia sindical; Formas de organização: nos sindicatos e nos

locais de trabalho; Manutenção financeira dos sindicatos; As articulações Inter-Sindicais e a Central Única dos Trabalhadores (CUT); Enquadramento Sindical.

3. PREVIDÊNCIA SOCIAL

Pensão e aposentadoria; Saúde do Trabalhador; Assistência Médica, convênios médicos, higiene e segurança do trabalho; Participação dos trabalhadores na administração dos órgãos da previdência social.

4. POLÍTICA SALARIAL E ECONÔMICA

Arrocho salarial e a nova política salarial; Custo de Vida, Inflação, emprego, subemprego, desemprego e rotatividade de mão de obra; Moradia, saúde, transporte, energia e educação; Participação dos trabalhadores nos fundos sociais.

5. POLÍTICA AGRÁRIA

A situação do trabalhador rural; A reforma agrária e o estatuto da terra; colonização; Problemas da terra: posse, grilagem, arrendamento, desapropriação; Crédito rural e assistência técnica.

6. PROBLEMAS NACIONAIS.

As leis de exceção: lei de segurança nacional, etc.; A Assembléia nacional constituinte livre e soberana; As multinacionais e o trabalhador; Os trabalhadores e as liberdades democráticas: anistia, liberdade de manifestação, liberdade de imprensa e informação, liberdade de expressão, liberdade de organização partidária.

III. - DA ORGANIZAÇÃO

A direção e a convocação da CONCLAT será exercida pela comissão Executiva Nacional,

composta por 29 sindicalistas eleitos no dia 21/3/81.

A Comissão organizadora da CONCLAT será composta por 7 membros do Estado-sede (S. Paulo no caso), indicados pela Comissão Executiva Nacional.

Participam da CONCLAT as Confederações, as Federações, os Sindicatos, as Associações Profissionais pré-sindicaís e as entidades de Funcionários Públicos.

IV. DOS DELEGADOS E DAS TESES

Serão admitidos como delegados até no máximo 7 diretores das entidades participantes e os trabalhadores de base eleitos em Congressos, Conferências ou Assembléias. No caso da UNICAMP, poderão ser eleitos 2 professores universitários como delegados (categoria até 2000 trabalhadores).

As teses dos delegados somente poderão ser apresentadas através das entidades a que pertencem. A inscrição dos delegados e as teses deverão ser entregues a Comissão Organizadora até o dia 7/8/1981. As mensagens e propostas deverão ser apresentadas até duas horas antes das sessões plenárias.

V - ENCONTROS REGIONAIS PREPARATÓRIOS DA CONCLAT

No sentido de discutir entre os trabalhadores a CONCLAT e discutir preliminarmente as teses que serão apresentadas no CONCLAT, estão sendo organizados ENCONTROS DA CLASSE TRABALHADORA (ENCLAT). O Estado de São Paulo foi dividido em várias regiões (Santos, Campinas, etc.). Na região de Campinas o ENCLAT será realizado nos dias 18 e 19/07/81.

As assembléias setoriais deverão discutir os temas da CONCLAT e em uma assembléia geral os docentes elegerão os delegados e as respectivas teses que deverão ser encaminhadas pela ADUNICAMP.

II CONAD: Avançar a Luta

A ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - continua o seu processo democrático de organização dos professores.

Agora, nos dias 6 e 7 de julho, dias que antecedem a reunião da SBPC, a ANDES realizará a IIa. Reunião do Conselho Nacional de Associações de Docentes (II Conad) que irá examinar com maior profundidade três questões básicas para a categoria. A primeira delas refere-se à Política Educacional do Governo. Aqui as questões centrais referem-se ao destino das universidades públicas - a possibilidade de sua transformação em fundação, a questão da negativa do governo em ampliar a rede pública etc. - e, por outro lado, a questão de como se irá resolver a questão da crise do ensino privado claro está que é necessário ter clareza sobre que crise é essa. Em resumo o que estará em jogo é: que tipo de educação é fundamental e como conseguir que o Estado amplie o seu compromisso com a educação considerada como desejável por toda a comunidade universitária e por parcelas cada vez mais amplas da população.

O segundo ponto de debate é a questão do reajuste semestral para os professores universitários. Consideramos de todo desnecessário argumentar sobre a importância e a necessidade de tal medida. Mas consideramos que é vital salientar a necessidade de que tal medida seja estendida não apenas aos professores e sim a todo o conjunto do funcionalismo público que tem sido até hoje arbitrariamente discriminado.

Na questão do reajuste semestral, o documento que a ADUNICAMP apresentou sobre isso ao I. CONAD é o texto-base dos debates.

Por fim, mas não menos importante, é a questão da participação das Associações de Docentes e da ANDES no CONCLAT Isto é como se darão as relações entre os professores universitários e o conjunto das classes trabalhadoras.

Por tudo isso o IIo. CONAD fará avançar a luta pela constituição a nível nacional da categoria dos professores.

SBPC ELEGE PAVAN

O biólogo Crodowaldo Pavan foi eleito presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por 827 votos contra 710 obtidos pelo médico Alberto Carvalho da Silva, da USP. Crodowaldo Pavan é prof. titular aposentado pela USP e leciona atualmente no Departamento de Genética do Instituto de Biologia, da UNICAMP, onde também dá prosseguimento a suas pesquisas. Foi presidente da Academia Paulista de Ciências, é membro da Academia Pontifícia de Ciências do Vaticano e Coordenador do Programa Integrado de Genética do CNPQ.

Sua posse como presidente da SBPC ocorrerá por ocasião da 33a. reunião desta sociedade que terá início no dia 8 de Julho, em Salvador, Bahia. Como vice-presidentes foram eleitos: a profa. Carolina Bori, da USP (1.116 Votos) e o prof. Angelo Barbosa Machado, da Universidade Federal de Minas Gerais (763 votos). O secretário geral será o prof. Albertino Rodrigues, da Universidade Federal de São Carlos, eleito com 752 votos. Foram computados ainda 45 votos em branco e 49 de outros candidatos, num total de 1.631 eleitores.

ELEIÇÕES NA UNICAMP

A reunião do Conselho Diretor do dia 16 de Junho último pode entrar para a história da Universidade Estadual de Campinas. Com mais de três horas de duração, decisões fundamentais para a consolidação democrática da universidade foram tomadas num clima ora tenso, ora folclórico, «pelo teor de algumas declarações».

O processo de democratização da Unicamp parece irreversível com a recente decisão do Conselho Diretor de promover consulta ampla a toda a comunidade universitária para a escolha da lista sêxtupla, da qual sairá o reitor que sucederá o prof. Plínio Alves de Moraes. Esta consulta de acordo com a decisão do C.D. será feita através das três entidades representativas, ADUNICAMP, DCE e ASSUC que receberam um ofício da reitoria, perguntado-as se aceitariam a incumbência. No dia 29 último, as duas entidades manifestaram a aceitação da incumbência do C.D.

Dessa forma, o início do segundo semestre na Unicamp deverá movimentar toda a comunidade de funcionários, estudantes e professores que promoverão debates sobre a sucessão do reitor. As decisões do Conselho Diretor

abriram definitivamente as portas da universidade para uma democracia ampla, chegando mesmo a surpreender os mais otimistas pelo resultado da votação. Dos presentes, 18 votaram a favor; quatro contra: o reitor, Plínio Alves de Moraes, o Coordenador dos Institutos, Ferdinando Figueiredo, o representante do governo do Estado, Maurides Ribeiro e o diretor da Faculdade de Engenharia de Limeira, Morecy Arouca. Houve também duas abstenções: a vice-reitor, Paulo Gomes Romeo e a do diretor do Instituto de Biologia, Walter August Hadler.

Mas não foi esta a única vitória da comunidade universitária no Conselho Diretor. Outras conquistas como a recomendação de consulta ampla a todas as unida-

des, na escolha de cargos diretivos, desde diretores de unidades, até chefes de departamentos, marcaram a reunião. Os estudantes também viram aprovada a ampliação de representantes para 1/5 do total dos membros do Conselho Diretor. Somente os funcionários sentiram-se frustrados, porque a indicação de uma representação fixa no C.D. não foi aprovada pelo reitor que sugeriu uma "barganha", ou seja, a reitoria indicaria um funcionário para participar do C.D. quando houver algum assunto de interesse da categoria. Ficou porém decidido que caberá à Comissão de Legislação e Normas do C.D. presidida pelo prof. Rubem Alves, estudar uma reformulação na composição do Conselho Diretor, uma vez que também os docentes da categoria MS-2 e MS-3 estão pouco representados.

SUCESSÃO DO REITOR

Após a exposição inicial do Prof. Eduardo Chaves, sobre o orçamento suplementar, a reunião do Conselho Diretor foi praticamente tomada pelo processo de escolha da lista sêxtupla para reitor, uma vez que a mudança ocorrerá no início do próximo ano. O prof. Rubem Alves propôs o debate sobre o processo de escolha para o cargo máximo na Unicamp, argumentando: "Se as pessoas mal saídas do Mobral podem votar, por que não numa universidade?"

Lançado o desafio de um processo democrático, alterando a sistemática em vigor, onde cabe apenas aos membros do Conselho Diretor votar na lista sêxtupla, o assunto "pegou fogo". A proposta lida pelo prof. Rubem Alves e assinada por vários membros do C.D., de consulta ampla a toda a comunidade universitária, através de suas entidades representativas, foi aprovada depois de muita discussão.

Imediatamente após a proposta

para debater o processo sucessório, o prof. Ferdinando Figueiredo, Coordenador dos Institutos, pediu que se discutisse primeiro a questão do orçamento suplementar, o que abriu espaço para vários outros assuntos. Depois de algum tempo, e pressionado por alguns membros do C.D. a sucessão voltou à pauta do dia. Reaberta a discussão, o reitor Plínio Alves de Moraes, lembrou que falta ainda 10 meses para se pensar no assunto, reafirmando ser prematura a questão. "Costumo dizer que muita água passa por baixo da ponte", afirmou.

Para quebrar o clima cada vez mais tenso que se formava, o prof. Jorge Miglioti, dirigindo-se ao reitor disse: "O reitor pode pensar que estamos querendo substituí-lo logo". Ao que o prof. Plínio respondeu: "Se eu pudesse, sair amanhã, eu sairia com a maior boa vontade. Se este reitor que tem se sacrificado todos os dias, se este reitor (for a pedra no sapato, nos caminhos da universidade, ele poderia deixar a universidade.

Mas nós não sabemos em sã consciência o que será desta universidade. Não me preocupo sair daqui amanhã, se fosse para o bem desta universidade"

O prof. Jorge Miglioli fez ver ao reitor que mesmo não sendo do seu agrado, a eleição do reitor é o principal tema em discussão na universidade. Mas o prof. Plínio voltou a insistir na prematuridade da discussão argumentando: "a não ser que se faça como no Rotary Club que escolhe com um ano de antecipação seu presidente". E a discussão ficou dando voltas sobre a oportunidade ou não do debate sobre a sucessão.

"O REITOR É UM SERVIDOR"

Neste momento houve a intervenção do prof. Rubem Alves que ressaltou que a proposta de sucessão pouco tem a ver com o reitor ou com os reitoráveis, mas com a comunidade acadêmica como um todo que deve participar dos destinos da universidade.

A questão é política frisou o prof. Rubem Alvez que acrescentou: "Eu estou muito interessado em saber o que pensa o próximo reitor ou os reitoráveis. Por que nós temos medo do debate? Porque ele mostra muita coisa e, através dos debates, podemos prever e discutir muita coisa, porque o reitor é um servidor".

Diante de um comentário de que a discussão sobre o processo de sucessão para a escolha do reitor não estava na pauta do dia, o prof. Maurício Prates, diretor da Faculdade de Engenharia, estranhou o fato, lembrando que esta decisão havia sido tomada pelo próprio Conselho, Diretor, em reunião passada.

Foi a vez de nova intervenção do prof. Ferdinando Figueiredo, Coordenador dos Institutos. Ele disse que estava vendo a transformação do Conselho Diretor em plataforma eleitoral. A observação foi objeto de vários protetos, gerando o seguinte comentário do diretor do Instituto de Física, prof. Arguello. "Parece que há uma certa vergonha em se discutir os reitoráveis, na Unicamp, quando os jornais da cidade já fazem amplas reportagens sobre o assunto. O reitor falou mais uma vez das restrições legais constantes do Estatuto e do Regimento, da universidade. A professora Aída, diretora do Instituto de Matemática defendeu a consulta ampla, afirmando ser muito importante para o novo reitor saber o que a comunidade pensa.

O prof. Jorge Miglioli defendeu enfaticamente a consulta ampla à comunidade, ressaltando que, desta forma, o conselho Diretor poderia votar sem servir a conchavos e sem limitações de exposições feitas no âmbito apenas do C.D. Elza Cotrin Soares, representante das categorias MS-3 e MS-2, lembrou que a proposta de consulta ampla não é só dos docentes que assinaram, mas reflete a posição de toda a universidade que deseja eleições amplas e diretas para todos os cargos diretivos.

A ESCOLHA EM FUNÇÃO DE UM PROGRAMA

Um dos representantes dos alu-

nos do Conselho Diretor afirmou que a escolha do reitor não é uma questão menor, nem prematura, porque já extrapolou as portas da universidade. Além disso, observou que o DCE já vem discutindo este assunto há muito tempo, inclusive a nível de conclaves estudantis mais amplos, uma vez que a questão é comum nas universidades. "O que consideramos importante-frisou é a discussão do que deve ser o programa do reitor na próxima gestão".

O prof. Wallace Girelli, representante das categorias MS-4 e MS-5 chamou a atenção para a relevância do debate. "Vejo nesta proposta uma maneira de tornar ainda mais nobre a administração desta universidade e, particularmente a de Vossa Magnificência. Isto porque, a proposta visa levar à discussão e reflexão dos problemas da universidade. A decisão de consulta prestigia não só o Conselho o Diretor mas Vossa Magnificência"

REITOR: "POR COERÊNCIA, VOTO CONTRA"

"Poucas propostas têm obtido o apoio da comunidade como a da consulta ampla", insistiu o prof. Eduardo Chaves. A reunião já transcorria há mais de três horas e, o reitor não encontrando alternativa, diante da maioria dos membros do C.d. que se mostrava favorável à questão submeteu a proposta a votação, avisando que, "por questão de coerência", votava contra.

O Coordenador das Faculdades, prof. Ferdinando, retomou a palavra para fazer a declaração de seu voto (votou contra). "A argumentação de autoritarismo, falta de democracia nesta universidade é um insulto à memória do prof. Zeferino Vaz. Jamais pratiquei atos anti-democráticos. Julgo que esta decisão é um avanço na estrutura democrática da Unicamp para consolidá-la". O prof. Leonardi, diretor da Faculdade de Medicina disse que não teme a consulta ampla, mas defendeu técnicas apropriadas para fazê-la, "para que decisões de uma minoria não pareçam de uma maioria" e falou: A Adu-

nicamp existe mas nem todos são sócios. Sugiro portanto, que a consulta ampla seja até individual ou secreta, com métodos científicos aprovados ou até mesmo pelo sufrágio universal, se for o caso, porque, em certas assembleias, a emoção toma conta das pessoas."

O prof. Morecy Arouca, diretor da Faculdade de Engenharia de Limeira sugeriu que a consulta feita à comunidade através das três entidades representativas não obrigasse ao Conselho Diretor e à Congregação em geral a votar unicamente nos nomes apontados.

A RESPOSTA DAS ENTIDADES

Duas entidades representativas da Unicamp, enviaram à reitoria no dia 29 de junho, a resposta solicitada sobre a consulta ampla à comunidade universitária, para escolha do próximo reitor. As entidades aceitaram a incumbência, mas encaminharão ainda alguns pontos básicos que deverão ser respeitados. É o seguinte, na íntegra, o texto assinado pelas diretorias da ADUNICAMP, e DCE, e dirigido à Secretaria Geral da Unicamp, Arlinda Rocha Camargo.

"Em atenção ao seu ofício 59/81, de 17 de junho p.p., os diretores da ADUNICAMP, e DCE, vem pela presente, manifestar que aceitam a incumbência de promover uma ampla consulta à comunidade no processo de escolha do próximo reitor, até 31 de outubro do corrente. Entendemos que, para alcançar os objetivos maiores da consulta, deverão ser respeitados alguns pontos básicos os quais serão por nós definidos oportunamente".

A ASSUC também aceitou a orientação do Conselho Diretor de consulta ampla à comunidade universitária. Só que preferiu amarrar já na resposta à reitoria alguns pontos que considera fundamental para que esta consulta tenha alguma validade.

No próximo número publicaremos ressaltadas das três entidades representativas, ADUNICAMP, DCE e ASSUC.

NA BIOLOGIA COMEÇA A DISPUTA PELA DIREÇÃO

No Instituto de Biologia, a sucessão do diretor Walter August Hadler, que há 16 anos está à frente do Instituto, tomou conta do dia a dia dos funcionários, alunos e professores. Depois do debate do dia 28 de maio, quando todos os elegíveis foram convidados para discutir as prioridades e necessidades da Biologia, além do processo de escolha no novo diretor, a questão entrou definitivamente na ordem do dia. No dia 29, a Congregação deu posse aos representantes dos estudantes aos chefes de departamento e, ao discutir o processo de escolha do novo diretor do J.B., a grande surpresa: o Diretor do J.B., Walter Hadler informou que continuará à frente do Instituto até abril de 82, quando haverá a mudança de reitor.

A maioria dos elegíveis MS-6 compareceu ao debate que contou com uma afluência maciça de

funcionários, professores e alunos do I.B., além dos professores Maurício Prates, diretor da Faculdade de Engenharia, Yaro Burian, diretor do Instituto de Artes e Eduardo Chaves, diretor da Faculdade de Educação que foram levar o testemunho das experiências democráticas que vêm realizando em suas unidades. Faltaram ao debate o diretor do I.B. Walter August Hadler; João B. Parolari, Luiz Augusto Magalhães e Paulo de Toledo Artigas.

Dos que compareceram, apenas três se declararam candidatos: Benedicto de Campos Vidal, Antonio Celso Novaes de Magalhães e Carlos Eduardo Negreiros de Paiva. O prof. Crodowaldo Pavan, declarou que não seria candidato em função de outros compromissos assumidos, observou no entanto, que caso fosse escolhido, aceitaria a incumbência por um dever perante a comunidade que o escolheu.

Gil: Temos a chance de fazer algo novo sem nos basearmos no que é feito em outras universidades. Nem sempre aquele que tem currículo de melhor pesquisador é o melhor administrador; Magalhães: "O que importa é a competência administrativa e não título. Qualquer MS pode ser diretor. Ivany concordou com Magalhães.

Para o prof. Pestana, a escolha do diretor independe do título mas acha importante que seja alguém que tenha poder de negociação e que seja realmente um líder para que tenha autoridade. Rangel não acha necessário a titulação mas capacidade. Ernesto: "O Diretor deve refletir a vontade da maioria, mas é difícil fugir aos Estatutos. Seria necessário um movimento conjunta para mudá-los. Pavan: "Competência deve ser a medida e não idade ou título".

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Quando a discussão passou para a possibilidade de participação da comunidade no processo de escolha do diretor, a maioria se posicionou favorável à participação ampla, sem porém definir como, se daria o processo de escolha. Vidal: "Há necessidade de se estudar como contornar normas estatutárias para que o colegiado represente a vontade dos estudantes, professores e funcionários." Magalhães: "Votação direta e universal".

O prof. Ivany acha que a escolha do diretor do I.B. deve ser feita por todos. Aldo defendeu eleições diretas. Negreiros: "Quanto maior o eleitorado, mais representativo será o eleito. Entretanto, há o Estatuto. "Proporção que se encaminhe ao Conselho Diretor mudanças de normas". Pestana: "O que importa é que o líder deve ser aceito por todos". Rangel: Consulta ampla, mas não sei como se daria o processo.

O QUE PENSAM OS ELEGÍVEIS

As principais questões colocadas em pauta no debate do I.B. foram: as prioridades do I.B., se a titulação de MS-6 seria ou não indispensável para o exercício administrativo de um diretor do Instituto e a forma de eleição do diretor.

Quanto às prioridades, todos concordaram com a necessidade de se melhorar as condições de ensino e a pesquisa. O prof. Gil Felipe e o prof. Pavan acharam importante uma melhor integração entre os departamentos. O prof. Vidal falou da falta de infraestrutura do Instituto para salas de aula, limpeza e manutenção do prédio, assim como da valorização de docentes e funcionários. Recursos do CNPq foram considerados pelo prof. Ivany como peça importante para ampliar as pesquisas na unidade.

O prof. Negreiros quer que o I.B. recupere a posição de prestígio que tinha no início da Unicamp. Rangel considera prioritário que se discuta quais os rumos do ensino e da pesquisa no I.B., com maior integração entre os dirigidos e a direção do Instituto. Pavan concordou com Rangel e enfatizou o papel que a Adunicamp como órgão pode ter para ajudar a ampliar debates, evitando a mediocridade e reduzindo a apatia. Magalhães (Antonio Celso), quer maior poder de negociação do I.B. com as diversas áreas da universidade.

COMPETÊNCIA

Sobre a necessidade ou não de se limitar aos MS-6 a disputa para a direção do I.B. assim se posicionaram os legalmente elegíveis da Biologia: Vidal: "Todos os MS-6 são elegíveis".

ELEIÇÕES DOS REPRESENTANTES DOS ALUNOS
Depois de uma eleição anulada

da, pelo Conselho Direotr a pedido dos alunos, foi realizado no dia 25 a eleição dos representantes dos estudantes da Biologia em cada departamento e na Congregação. Votaram 55 por cento dos alunos da Biologia, sendo 62 por cento da Medicina e Enfermagem e 42 por cento dos pós-graduandos.

COMISSÃO CULTURAL

Após debater preliminarmente o assunto atividades culturais na UNICAMP, um grupo de professores, funcionários e alunos de graduação e pós-graduação resolveu constituir uma Comissão Cultural conjunta para atuar na área.

De uma forma geral, o grupo constatou uma grande lacuna nesse campo com a ausência de uma infra-estrutura material, horário disponível, etc. além de uma evidente falta de coordenação das poucas e esparsas atividades culturais que se realizam no Campus. Estas, muitas vezes coincidentes e em geral pouco divulgadas, são realizadas a base de muito sacrifício pelo DCE, menos regularmente pela ADUNICAMP e ainda menos pelos alunos de Pós - Graduação.

A constituição da presente comissão visa a superar as dificuldades, não se propõe a substituir os grupos e comissões porventura existentes mas sim a unir todos os esforços feitos nesse sentido, e promover um movimento que busque a valorização e a incorporação da vida cultural na atividade universitária.

Baseada nessas preliminares a Comissão formada decidiu iniciar suas atividades com 3 debates sobre a questão cultural na Universidade, tendo por objetivos, por um lado, colocar o problema em discussão pela comunidade de forma a mais ampla possível, buscando inclusive contar com novos interessados nesse tipo de trabalho, e por outro

VITÓRIAS CONTRA O ARBÍTRIO

O III ENAD e o Iº. CNDU - congresso de fundação da AN-DES - definiram como uma das lutas prioritárias para a categoria o combate às demissões arbitrárias. É fundamental, portanto, que se crie um espaço para documentar tanto as tentativas de demissões, como as vitórias obtidas nessa luta contra o arbítrio. Queremos divulgar as vitórias obtidas na luta pela reintegração dos companheiros Koshum Iha e Clara Levin Ant.

No caso de Iha a demissão foi feita ao arrepio do texto da lei pois os órgãos que deveriam opinar sobre a recontração do professor sequer foram consultados. Iha teria atrasado a entrega de relatórios de pesquisa. Tal fato se deveu ao acúmulo de tarefas didáticas, já que IHA substituiu um colega que se encontrava em licença médica. Ao que tudo indica a demissão se deve muito mais à combatividade do companheiro Iha que dirigia a seção local da ADUNESP. Foi movida ação judicial e a justiça conferiu liminar garantido assim a reintegração do companheiro. Foi a primeira demissão política conhecida que o atual Reitor

da UNESP fez. Foi a primeira derrota à sua ação arbitrária.

Outro caso vitorioso foi o da companheira Clara Ant. Ela foi publicamente demitida pelo ex-reitor da PUCS Sr. Barreto Fonseca por ter a professora trabalhado na constituição da APROPUCS. O ex-reitor afirmou que a iniciativa se devia à sugestão do Prof. Geraldo Mugayar, Presidente da Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos Privados de Ensino. A recontração da Profa. foi aprovada unanimemente pelo Forum da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC/Campinas em junho de 1980 e referendada pela Congregação e, finalmente aprovada em maio de 1981 pelo Conselho Universitário. A luta dos docentes da APROPUCS foi fundamental na reintegração da companheira.

Essas são algumas das vitórias importantes da luta das AD's e da ANDES contra o DESPOTISMO e o ARBÍTRIO imperantes ainda na nossa universidade. E mostra a importância da luta pela DEMOCRATIZAÇÃO e pelas REFORMAS dos Estatutos.

lado estabelecer alguns princípios para a formulação de uma política cultural na UNICAMP.

A prorrogação dos debates é a seguinte:

- Dia 12 de agosto 4a. feira - 12:00 hs - IF-30 - A Questão cultural na UNICAMP: constatações iniciais - Convidados: Rogério Cerqueira Leite, Rogério D'Ávila, Hélio Waldmann, Membro da Comissão de Vivência do Conselho Diretor.

- Dia 19 de agosto - 4a. feira - 12:00 hs - IF-30 Cultura,

Universidade e Abertura: apanhado dos anos 60, 70 e 80. Convidados: Roberto Schwartz, Luiz Werneck Vianna, Chico de Assis e Adauto Novaes.

- Dia 26 de agosto - 4a. feira - 12:00 hs - IF-30. Algumas perspectivas de Trabalho Cultural na UNICAMP. Convidados: Membros do Inst. de Artes, do Centro de lógica e Epistemologia, do Centro de Estudos e Pesquisa em Política Científica Tecnológica e de Grupos Culturais da UNICAMP.

GREVE DOS FUNCIONÁRIOS

Luiz Antonio T. Vasconcelos

Os funcionários técnicos e administrativos da UNICAMP paralisaram todas as suas atividades durante os dias 3, 4 e 5 de junho. A razão para esta decisão drástica foi o descaso com que, tanto o Governo do Estado como a alta Administração da Universidade trataram a questão dos reajustes salariais deste ano.

O Governo do Estado, demonstrando todo o seu desrespeito para com o funcionalismo público, só enviou a mensagem de reajuste de 1981 para a Assembléia Legislativa no final do mês de março. Ora, todos sabem, e o Governo principalmente, que a data-base para o reajuste salarial do funcionalismo é o mês de março. A mensagem de reajuste salarial deve portanto ser enviada e aprovada antes de março para que os funcionários públicos, em primeiro lugar, possam se posicionar quanto ao seu valor e além disso não sejam prejudicados pela inflação que independente de sua vontade, corroe o valor real dos seus já minguados salários.

O mais grave é que o desrespeito do Governo do Estado não parou aí. A lei de reajuste salarial de 1981 é de tal maneira esdrúxula que resulta, na prática, num índice de reajuste diferente para cada funcionário, além de significar uma modificação total nas classes de referências e nas escalas de vencimentos do funcionalismo de São Paulo. Essa "complexidade" para uma simples operação de reajuste salarial foi provocada por razões até hoje desconhecidas mas o resultado concreto e sentido pelo funcionalismo foi bastante claro: a lei só foi aprovada em meados de abril e só começou a ser implantada em "doses homeopáticas" tal a "revolução" que ela causou nos setores administrativos responsáveis pela sua interpretação e aplicação. Seria cômico, se não fosse trágico: a "primeira parcela" (70 por cento) do reajuste só foi paga em maio (referente aos meses de abril e março) e assim mesmo a título de antecipação (?) salarial - só mesmo os acólitos de um governo como o nosso para conseguir tal proeza: antecipar em maio o salário de março...

Ainda não é aqui que cessam o desrespeito e o descanso. O reajuste salarial de 1981 exige o reenquadramento de todo os funcionários da UNICAMP em novas classes de referências. Esse reenquadramento se baseia, no exame, caso a caso, da vida funcional de todos os funcionários desta Universidade (aproximadamente 2600). Surgiu na Administração Geral uma tentativa de fazer o reenquadramento sem considerar os direitos adquiridos por tempo de serviço. Isso porque uma "instrução da secretaria da Administração (de novo os acólitos...) sugeriu que tais direitos só fossem contados a partir da vigência dum famigerado "Projeto" (1978). Esta interpretação resultava em efetivos prejuízos para os funcionários. E mais grave: "descobriu-se" que por desleixo da alta Administração, havia funcionários que em pleno ano da graça de 1981 ainda não tinham sido enquadrados corretamente na lei de 78.

Todas essas omissões e todo esse desrespeito acabaram por criar uma enorme insatisfação no conjunto dos funcionários desta Universidade. Depois de ter esperado pacientemente desde março até meados de maio, os funcionários se convencem que estavam sendo ignorados pela prepotência do Governo, pois até esta data o governador sequer havia assinado o decreto que estendia a lei do reajuste para as três universidades do Estado. E pior ainda: a alta Administração da Universidade não manifestava a menor sensibilidade e continuava tratando a questão do ponto de vista estritamente técnico e burocrático.

Apesar dessa constatação os funcionários ainda buscaram uma solução antes de se decidir pela greve. A Associação dos Servidores da UNICAMP - ASSUC - representando o conjunto dos funcionários da Universidade demonstrou por várias vezes à alta Administração a necessidade de resolver o problema e a possibilidade de fazê-lo em curto espaço de tempo respeitando todos os direitos trabalhistas dos funcionários. O próprio Conselho Diretor da UNICAMP se posicionou amplamente a favor das nossas reivindicações.

Mesmo assim, foram necessários

três dias de paralisação para que se encaminhasse a solução dos problemas. Só após estes três dias é que se conseguiu um compromisso da parte da alta direção da Universidade baseando nos seguintes pontos:

1) O enquadramento na nova lei será feito observando a contagem do tempo de serviço exercido não só na UNICAMP como em outras repartições do Estado;

2) O pagamento integral dos salários para 90 por cento dos funcionários será efetivado até o dia 03 de julho e para os demais até 03 de agosto;

3) Para as "velhas" reivindicações tais como correção dos desvios de função, pagamento de adicionais por trabalho insalubre ou perigoso, pagamento do transporte dos funcionários dos restaurantes, foram estabelecidos prazos entre 15 e 30 dias para o seu encaminhamento por parte da direção da Universidade.

A negociação desses pontos foi considerada como uma vitória do movimento de paralisação e da própria ASSUC enquanto entidade representativa dos funcionários.

APOIO DA COMUNIDADE

Com relação aos demais setores da Universidade, os docentes e os estudantes, cabe ressaltar o apoio que imediatamente prestaram ao movimento, pois, sucessivamente, a Associação dos Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP) e o Diretório Central de Estudantes (DCE), decidiram em Assembléias Gerais paralisar suas atividades até o atendimento das reivindicações dos funcionários.

O conjunto dos funcionários e a direção da ASSUC continuam mobilizados e acompanham atentamente o cumprimento dos compromissos assumidos pela Direção. Por outro lado, o próximo passo será a retomada da campanha salarial pois o índice de reajuste reivindicado para 1981 foi de 147 por cento (em conjunto com todo o funcionalismo do Estado) enquanto que os reajustes oferecidos pelo Governo estão entre 70 por cento e 120 por cento. Não há por parte dos funcionários o menor indício que aceitaremos a continuada espoliação salarial a que estamos submetidos.

CONSELHO DIRETOR

SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS

Na reunião do dia 16, o prof. Eduardo Chaves, diretor da Faculdade de Educação e presidente da Comissão de Orçamento da universidade, fez uma exposição sobre o pedido de suplementação de verbas ao governo do Estado. O pedido suplementar de verbas é de 5 bilhões e 367 milhões de cruzeiros, assim discriminado: Cr\$

1.886.000.000,00 para despesas referentes a reajustes salariais de docentes, pessoal técnico e administrativo, não estando incluídos os casos pendentes

Para despesas correntes e outras despesas de capital, excluídas as passivas, estão sendo solicitados Cr\$ 760.000.000,00 sendo 415 milhões para despesas correntes e 345 para despesas de capital (material permanente); para o Hospital das Clínicas foi solicitado um crédito especial em duas etapas. A primeira verba, de 285 milhões será destinada para a transferência das atividades do hospital do centro da cidade para o campus universitário.

A segunda verba, de 600 milhões, para o prosseguimento das obras do Hospital das Clínicas; 1.835.000.000,00 para as obras gerais no campus da Unicamp. As obras para um prédio central para a biblioteca e novas salas de aulas, ainda merecerão projeto específico de construção, embora estejam incluídos na verba geral solicitada ao governo paulista.

USO DA CRECHE

Ainda na reunião do dia 16, um dos representantes dos estudantes pediu informações sobre o projeto de creches para saber se ele abrigaria também filhos de estudantes, além de professores e funcionários, o vice-reitor, Paulo Gomes Romeu disse que o uso da creche ainda não foi objeto de discussão, afirmando, no entanto, que será para crianças ligadas à universidade.

ENQUADRAMENTO DE SECRETÁRIAS

Também na reunião do dia 16, foi lido um documento reivindicatório das secretárias que solicitaram

o reenquadramento uma vez que estão sendo prejudicadas na situação funcional e financeira, em função de erro administrativo. O procurador geral da Unicamp, Pêrsio Furquim Rebouças reconheceu que houve um erro administrativo e o reitor afirmou que tudo aquilo que estiver dentro da legalidade, será feito.

Entretanto, apesar disto a solução foi condicionada a uma análise posterior, o que frustrou as expectativas das funcionárias que assistiam à reunião. Coube ao vice-reitor, Paulo Gomes Romeu, a sugestão do estudo de caso, havendo porém a promessa do reitor que o assunto começaria a ser estudado no dia seguinte. O último prazo para enquadramento geral dos funcionários é 3 de agosto, de acordo com acerto feito entre a ASSUC e a reitoria, no final da greve dos funcionários, no dia 5 de junho último.

CONCURSO PARA PROFESSOR TITULAR

O Conselho Diretor recusou de forma categórica proposta para abertura imediata de concursos para professor titular e o desencadeamento do processo de institucionalização nos moldes do atual Estatuto elaborado sob inspiração da U.S.P.

Aquele órgão julgou importante manter em suspenso qualquer decisão com relação à abertura de concurso e a imediata institucionalização, até que a comunidade universitária estivesse suficientemente informada sobre as consequências de uma atitude deste porte.

Espera-se que haja uma grande participação de todos nos debates que culminarão com o novo projeto de Estatutos que se coadune com as aspirações da Universidade de hoje.

REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Dando cumprimento a uma lei nacional de 1979 e a uma portaria do MEC do mesmo ano, o CD decidiu que a representação estudantil nos diversos órgãos colegiados da UNICAMP seja de um quinto (1/5) em relação ao número total de seus membros.

INSTITUTO LINGÜÍSTICO DE INVERNO NA UNICAMP

O Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP fará realizar, de 6 de julho a 7 de agosto de 1981, o Instituto Lingüístico de Inverno, oferecendo cursos a nível de pós-graduação, que poderão ser acompanhados por alunos de pós-graduação e por pessoas que tenham curso de graduação. Os cursos serão ministrados por professores da própria UNICAMP bem como por professores de Universidades Americanas e Canadenses.

Serão oferecidos os seguintes cursos: "Mente e Linguagem", John Searle (Universidade da Califórnia, Los Angeles); "Análise do Discurso", Ani Orlandi (lingüística, UNICAMP); "Linguagem, Ideologia, Argumentação", Carlos Vogt, (lingüística, UNICAMP); "Entre Semântica e Pragmática", Marcelo Dascal (lingüística, UNICAMP) e Daniel Vanderveken (Universidade de Quebec); "Aquisição da Pragmática", Cláudia Lemos (Lingüística, UNICAMP).

OFICINA BRASILEIRA DE MICROELETRÔNICA

Sob o patrocínio da UNICAMP, TELEBRÁS, CNPq, CAPES, FAPESP e SEI, dar-se-á, de 13 a 24 de julho, no Laboratório de Eletrônica e Dispositivos (LED) do Centro de Componentes Semicondutores e na Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC).

Serão abordados os seguintes tópicos: CVD - CVD a baixa pressão

Epitaxia por feixe molecular
Processos assistidos por laser
POT - Dispositivos de potência MOS.

Retificadores PIN
Tiristores
TCI - Tecnologia bipolar e projeto de circuitos integrados lineares bipolares.

Tecnologia e projeto de circuitos lógicos em LSI

Dispositivos integrados de GaAs IMECC:

BURROCRACIA DO SIMPRO DERROTADA APÓS 22 ANOS

Hélio Waltman.

Os professores da rede privada de ensino de Campinas e mais nove cidades que compoem a base do Sindicato dos Professores, confirmaram em segundo escrutínio no dia 4 de junho, a vitória da Chapa 1, de oposição, que põe fim a 22 anos de controle do sindicato por um grupo que seria elogioso chamar de pelego.

Solidamente controlado pela presidência da Federação Estadual de professores da rede particular de ensino, a diretoria do Simpro conseguia se manter graças apenas ao completo bloqueio à própria participação da categoria, tanto através da convocação das famosas assembléias fantasma, quanto pelo recurso de impedir a sindicalização de professores com documentação rigorosamente em ordem. Graças a isso, uma categoria de cerca de 6.000 professores contou com apenas 480 sindicalizados em condições de voto.

A luta contra o burocracia sindical, que vem desde as eleições de 1978 sendo conduzida pela APROPUCC e pelo Movimento de Oposição Sindical, passou inclusive por uma ação judicial visando garantir o direito à sindicalização de 142 professores.

Mesmo sem conseguir garantir manutenção da liminar preliminarmente conseguida, e portanto sem o voto destes 142 professores, o trabalho de mobilização para as eleições e o racha verificado na situação, que acabou apresentando duas chapas, garantiu a vitória da oposição pela estreita margem de 26 votos num pleito que contou com a presença de 457 professores.

Os professores conseguem assim romper o monolitismo de um sólido esquema, há 25 anos controlado pelo presidente da Federação, Geraldo Mugayar, que até este ano detinha o controle de todos os sindicatos do

Estado. E, exatamente graças a esse monolitismo e aos seus métodos burocráticos vinha prestando relevantes serviços aos patrões, tanto na traição dos interesses da categoria quanto na sua condição de membro da comissão do Conselho Federal de Educação que estuda os pedidos de reajustes de mensalidades acima dos índices oficiais.

O SIMPRO, a partir da posse da diretoria eleita, a 15 de junho, deve como primeira medida abrir a sindicalização a todos os professores e inciar o trabalho de implantação das sub-sedes. Abre-se também a possibilidade de um trabalho conjunto entre o sindicato e as ADs da região, até agora na oposição.

PROBLEMAS BRASILEIROS

A inserção compulsória da Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino, inclusive na forma de Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) nos níveis superiores, resultou do Decreto - Lei 869 de 1969, que também estipula suas finalidades, de indisfarçável cunho autoritário e retrógrado. O Decreto é assinado pelos Ministros da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e da Educação, nesta ordem, e se baseia nos poderes conferidos aos três primeiros pelo AI-5, que hoje está extinto.

Na UNICAMP, o ensino de EPB foi regulamentado em 1974 com a criação do Centro de Estudo de Problemas Brasileiros (CEPB), que recebeu a incumbência de "coordenar o ensino superior, inclusive em pós-graduação, da Educação Moral e Cívica". O sistema não difere muito do que se adota em outras instituições de ensino superior, e é compatível com o objetivo de assegurar o caráter ideologicamente excludente, se não exclusivo, que se pretendeu dar ao ensino de EPB no País.

A consciência democrática da comunidade acadêmica está a exigir uma reformulação profunda desta atividade universitária. Corroborando a este sentimento, o Conselho Diretor já aprovou resolução de princípios proposta

pela Câmara Curricular, estabelecendo a transferência da responsabilidade por EPB às Unidades de ensino (Faculdades e Institutos) a partir de 1982. A resolução prevê a realização de "discussões e debates que, num ambiente marcado pelo pluralismo ideológico, estimulem o aluno a elaborar uma visão teórica do momento vivido pela Nação".

Merece destaque a adoção do conceito de pluralismo ideológico, mediante o qual se pretende promover o exame da problemática brasileira sob os mais variados enfoques correspondentes à visão e ao sentir de todos os participantes do debate, evitando-se assim viciá-los com o predomínio de um ponto de vista oficial, cujos efeitos daninhos sobre a sociedade são hoje bastante reconhecidos. Não faz sentido ensinar a nós brasileiros quais são os nossos problemas: é preciso antes auscultá-los de nós mesmos, e apreendê-los até a raiz mediante o debate livre, amplo e aberto. Pois afinal os problemas brasileiros são os problemas dos brasileiros.

Em razão do valioso arsenal analítico representado pelo cabedal de experiência e saber do seu corpo docente, a Universidade tem por vocação um papel privilegiado a desempenhar na percepção destes problemas em profundidade, no delineamento de suas causas primeiras.